

**X Encontro de Pós-graduação  
em História Econômica**

**Virtual**

**8ª Conferência Internacional  
de História Econômica**

**9, 10, 11 e 12 de novembro**

**2020**

**A crise europeia do século XVII e a economia  
açucareira baiana: teria a recessão cruzado o  
Atlântico?**

**Marcelo Lunardi do Carmo**

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

### **A crise europeia do século XVII e a economia açucareira baiana: teria a recessão cruzado o Atlântico?**

Marcelo Lunardi do Carmo\*

**Resumo:** Ao longo do século XVII a Europa foi afligida por diversas guerras e levantes populares que, somados as epidemias, foram responsáveis por uma significativa redução da população em diferentes localidades. Os reflexos dessa conjuntura sobre as economias europeias foram muito significativos, levando muitas delas a enfrentarem fortes recessões durante o período. O propósito desse artigo é discutir se, e por quais meios, a instabilidade econômica da Europa, afetou a economia do Brasil colônia, mais especificamente a indústria açucareira baiana. Pretendemos demonstrar que, a retração nos ganhos com o comércio açucareiro, teve origem no aumento da oferta do produto, gerado pela concorrência da produção antilhana, num contexto de expansão da demanda europeia por açúcar e, que a escassez de moeda foi a principal manifestação da recessão na colônia. A crise que se manifestou na colônia teve mais influência sobre a economia do Reino, do que foi influenciada por variáveis reinóis.

**Palavras-chave:** Século XVII, Crise Financeira, Açúcar, Bahia, Engenhos

### **The 17<sup>th</sup> century European crisis and the Bahian sugar economy: did the recession cross the Atlantic?**

**Abstract:** Throughout the 17th century, Europe was afflicted by several wars and popular uprisings which, added to the epidemics, were responsible for a significant reduction of the population in different locations. The effects of this situation on the European economies were very significant, leading many of them to face strong recessions during the period. The purpose of this article is to discuss whether, and by what means, Europe's economic instability affected the colony's economy, more specifically the Bahian sugar industry. We intend to demonstrate that the retraction in gains from the sugar trade originated from an increase in the supply of the product, generated by competition from the Antillean production, in a context of expanding European demand for sugar, and that the scarcity of currency was the main manifestation of colony recession. The crisis that manifested itself in the colony had more influence on the economy of the Kingdom, than it was influenced by variables reigns.

**Keyword:** 17<sup>th</sup> Century, Financial Crisis, Sugar, Bahia, Mills

### **Introdução**

A historiografia comumente considera o século XVII como um período de crise, e abundam os fatos que justificam essa classificação. Nas primeiras décadas do século a Europa foi varrida por uma onda de guerras, levantes populares e mortandade

---

\* Doutorando do programa de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

populacional que se espalharam, praticamente, por todo o continente<sup>1</sup> (Parker, 2008, p. 1054-1057). Em alguns territórios, a diminuição populacional foi reflexo não apenas dos levantes e guerras, mas de epidemias de doenças<sup>2</sup> (De Vries, 1983, p. 16-17). Todos esses acontecimentos refletiram fortemente nas economias europeias, e muitas delas sofreram com fortes recessões no período.

O propósito desse artigo é discutir se, e por quais meios, a instabilidade econômica da Europa, afetou a economia do Brasil colônia, mais especificamente a indústria açucareira baiana<sup>3</sup>. Pretendemos demonstrar que, a retração nos ganhos com o comércio açucareiro, teve origem no aumento da oferta do produto, gerado pela concorrência da produção antilhana, num contexto de expansão da demanda europeia por açúcar. E que a escassez de moeda foi a principal manifestação da recessão na colônia.

Inicialmente apresentaremos quatro interpretações da crise, propostas por autores de áreas além da economia, buscando os subsídios para entender e classificar os acontecimentos do período. Posteriormente descreveremos a conjuntura da economia portuguesa e do mercado açucareiro europeu, ao longo do século XVII. Baseado em relatos da época, e na historiografia que trata sobre o período, trataremos sobre a falta de moeda na Bahia. Por fim procuraremos responder à questão, que é o cerne desse trabalho: teria a crise atravessado o Atlântico?

### **Interpretações para a crise**

Uma das clássicas análises da conjuntura econômica do século XVII foi feita por Hobsbawn (1983), o autor utiliza o termo “crise geral”, para definir a recessão que assolou a Europa no período. Segundo ele, a crise foi fruto da expansão comercial do século XVI,

---

<sup>1</sup> Entre 1648 e 1653 a França sofreu com diversas rebeliões contra o governo central, as chamadas Frondas. Das vinte e cinco grandes revoltas camponesas registradas na Alemanha e na Suíça no século XVII, mais da metade ocorreu entre 1626 e 1650. As guerras foram também uma constante no século XVII, entre 1611 e 1669 não houve nenhum ano em que não houvesse ao menos um confronto armado, em andamento, entre estados europeus. Os conflitos geraram a desestruturação de importantes monarquias como a Espanhola, que enfrentou na década de 1640 a revolta da Catalunha, a conspiração independentista da Andaluzia liderada pelo Duque de Medina-Sidónia, a Restauração Portuguesa além de revoltas na Sicília e em Nápoles (Parker, 2008, p. 1054-1057).

<sup>2</sup> A população do Sacro Império Romano teria diminuído em mais de um quarto na década de 1630. Na primeira metade do século a Itália sofreu uma diminuição populacional passando de 13 para 11 milhões de habitantes, em Castela até 1650 um quarto da população havia perecido nas guerras ou devido as pestes (De Vries, 1983, p. 16-17).

<sup>3</sup> Salienciamos que nossa análise está focada nos produtores de açúcar baianos pois, dadas as especificidades regionais, acreditamos não ser possível, afirmar que todas as regiões produtoras de açúcar enfrentaram os mesmos problemas, com a mesma intensidade. Em muitos documentos que consultamos para elaboração desse artigo, tanto Pernambuco como Rio de Janeiro, são citadas por possuírem uma estrutura produtiva diferente daquela da Bahia.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

representando a fase de transição entre a economia feudalista e a economia capitalista, nesse período as estruturas de mercado necessárias para o surgimento do capitalismo teriam sido construídas.

O comércio, que tinha alcançado seu auge entre as décadas de 1590 e 1620, entrou em colapso e depois de um breve período de recuperação, declinou catastroficamente até a década de 1650, permanecendo estacionário até por volta de 1680. Com o enfraquecimento do comércio, algumas regiões do continente se desindustrializaram, como o caso da Itália, que de nação mais industrializada da Europa passou a ser um país agrário. Contudo a crise não foi sinônimo de recessão econômica em todos os lugares. As indústrias de países como Suíça, Inglaterra e Suécia experimentaram um forte crescimento no período. Mesmo algumas áreas rurais teriam se beneficiado com a desindustrialização, vendo suas produções de manufaturas aumentarem às custas da produção artesanal urbana (Hobsbawn, 1983, p. 15-25).

Na visão do autor, para o triunfo do capitalismo era necessário que a estrutura feudal fosse suprimida, era preciso uma revolução na divisão social do trabalho. Na economia feudalista os indivíduos supriam praticamente todas suas necessidades com sua própria produção ou com trocas de produtos em mercados locais, dessa forma não tinham interesse em vender sua mão-de-obra nem tinham recursos monetários para adquirir bens de consumo. Não havia no seio da economia feudal um mercado consumidor que pudesse absorver toda a oferta de produtos, gerada pela expansão do comércio, ocorrida nos séculos XV e XVI, por isso em dado momento esse começou a declinar. A limitação não foi técnica e sim da estrutura social, as reservas de capital e os trabalhadores livres não foram canalizados para a indústria (Hobsbawn, 1983, p. 25-28).

Apesar da interpretação de Hobsbawn (1983) ser bastante consolidada no meio acadêmico e, basear-se prioritariamente em fatores econômicos, consideramos que a complexidade dos eventos do período não pode ser explicada apenas pelo aspecto econômico, ademais a economia europeia do século XVII não era suficientemente integrada, a ponto da influência das variáveis propostas pelo autor, ser tão amplamente difundida. Procuramos em outros autores análises que considerem variáveis além das econômicas.

A análise da conjuntura do século XVII feita por De Vries (1983), privilegia os fatores culturais dos povos da Europa. Para o autor, o período foi marcado por um grande conjunto de economias em declínio, e cada país teria reagido aos problemas de um modo diferente, com isso “a época de crise não é uma denominação fútil, não se pode aplicar

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

de maneira uniforme, mas lançou sem dúvida uma sombra que cobriu grande parte da Europa”. Na visão do autor não houve uma única crise, mas várias, com cada país enfrentando a sua, da forma que a seus governantes parecia mais viável no momento. A adaptabilidade frente aos problemas determinou quais países saíram da crise em melhor situação econômica. O que aproximava as economias europeias no século XVII era o fato de várias delas enfrentarem uma conjuntura de declínio (De Vries, 1983, p. 44).

Os povos que tinham capacidade de inovação e aceitavam com mais facilidade os processos de mudança e adaptação, conquistaram grandes mercados internacionais, num espaço de tempo muito curto, transformando a antiga distribuição geográfica das atividades industriais e comerciais. Um exemplo de inadaptabilidade econômica seria dado por Veneza. No início do século XVII o comércio de especiarias estava perdido sob o controle dos holandeses, a indústria têxtil apresentava altos custos de produção, a cidade perderá a posição de centro internacional de edição de livros e, os custos da seda e do algodão haviam aumentado muito. Para o autor “apenas uma população comercial maleável e inovadora poderia ter vencido tais dificuldades”, e não era esse o perfil dos venezianos do século XVII. A estabilidade econômica do século XVI havia mudado as pessoas “e a reação aos problemas econômicos era agora defensiva e restritiva”, o que se materializou nas ações tomadas para reverter a crise. Os nobres venezianos retiraram seus capitais do comércio e investiram em terras, com isso nos séculos XVII e XVIII a cidade transformou-se gradativamente de um polo industrial em um centro turístico, com cafés, casas de jogos, operas e longas festas (De Vries, 1983, p. 40-41).

De Vries (1983) considera que essa rigidez é uma característica das economias em declínio e teria sido verificada em várias regiões da Europa durante o século XVII. A rigidez em tempos de crise manifestava-se nas classes privilegiadas, que erguiam obstáculos cada vez maiores as reformas, e nos governos que consumiam cada vez mais a economia para tirar dela as receitas necessárias. Esse conjunto de fatores, difícil de impedir, esteve sempre presente quando as economias se encontravam em estagnação ou declínio. Segundo o autor o período de revés econômico, como aquele vivenciado durante o século XVII, não pode ser visto apenas como o contrário de uma época de prosperidade, o declínio toma formas novas e não representa a volta a formas de organização econômicas e sociais já ultrapassadas. Pelas peculiaridades das economias em declínio não é possível aplicar a elas as mesmas teorias econômicas utilizadas para explicar o crescimento econômico (De Vries, 1983, p. 41-45).

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

Para o autor a crise não teria sido uniforme, e a economia da República Holandesa, que cresceu rapidamente durante os dois primeiros terços do século XVII, é um bom exemplo de exceção aos efeitos do declínio, experimentado pelos demais países europeus. A crise não foi gerada por fatores populacionais, dessa forma não teria sido o aumento da população ocorrido até meados de 1600 que pressionou os preços dos produtos. Também não foram as guerras incessantes, em especial a Guerra dos 30 anos, que causaram a crise, apesar do poder de destruição dos exércitos ter aumentado durante o século XVII, graças a inovações técnicas, os conflitos estimularam alguns setores da economia europeia e os impostos, duramente pagos em algumas regiões, proporcionavam um incentivo para a economia de outras. Nem mesmo a insuficiência de moeda em circulação, ou as condições institucionais e sociais da Europa seriam suficientes para justificar a crise (De Vries, 1983, p. 34-39).

Romano (1993), assim como De Vries (1983), advoga que a crise se manifestou de formas diferentes nas diversas regiões da Europa, variando sua intensidade não apenas de país para país, mas entre as diferentes classes sociais de um mesmo território. Dessa forma, na concepção do autor, o termo crise geral não define corretamente a conjuntura do período. Um dos fatores em que as teorias divergem é que Romano (1993) tenta encontrar um denominador comum, que seria o responsável pelo período de dificuldades econômicas. Segundo o autor, a crise da agricultura, e a diminuição do ritmo de crescimento da população, seriam as causas das crises enfrentadas pela Europa ao longo do século XVII. Isso se deu, pois, as sociedades pré-industriais estavam alicerçadas na agricultura, não nas atividades comerciais, e durante a centúria houve uma diminuição da área cultivada. Muitas terras utilizadas na cultura de cereais, passaram a ser usadas como pastos, ou no cultivo de vinhas, a falta de alimentos gerou grandes fomes, que por sua vez tornaram os indivíduos mais suscetíveis a doenças, permitindo que essas se espalhassem com mais facilidade, ocasionando uma diminuição ainda mais rápida do contingente populacional. Assim, grandes fomes geraram epidemias, que por sua vez, pelo desajuste geral que introduziam na circulação dos indivíduos e mercadorias, geravam novos ciclos de fome. Contudo não seriam as pestes responsáveis pela crise, mas a influenciavam diretamente. Romano (1993) coloca a crise agrícola de 1619-1622 como marco inicial do retrocesso econômico europeu, ao longo do século XVII. Para o autor a crise esteve quase que restrita a Europa, no Novo Mundo teria atingido apenas alguns grupos mercantis que transacionavam produtos colônias no mercado europeu (Romano, 1993, p. 13-27).

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Na análise elaborada por Geoffrey Parker<sup>4</sup>, as variações climáticas seriam um dos principais fatores da crise do século XVII. Na teoria do autor as oscilações climáticas são alçadas a categoria de elemento amalgamador para a explicação dos fatos que ocorreram no século XVII. Para tanto o autor realizou uma vasta coleta de dados, divididos em duas frentes: as fontes humanas e as naturais<sup>5</sup> (Parker, 2008, p. 1064-1066).

Essas fontes trazem abundantes informações que revelam que na década de 1640, centro da crise, houve frio extremo e prolongadas secas ao redor do mundo. Há relatos que os invernos na década de 1640 foram extremamente severos, especialmente o de 1641-42. As baixas temperaturas foram sentidas também no verão, na França esse fenômeno ocasionou um atraso na colheita da uva de 1 mês entre os anos de 1640 e 1643, gerando também significativas quebras na safra. No hemisfério norte o verão de 1641 foi o terceiro mais frio em 600 anos, 1643 foi o décimo mais frio e 1642 o vigésimo oitavo mais frio. As severas variações climáticas ocorridas no período levaram os historiadores e climatologistas a classificar as primeiras décadas do século XVII como a “pequena idade do gelo”. A crise geral do século XVII coincide com esse período de grandes anomalias climáticas, criadas por uma redução da atividade solar e nuvens de poeira advindas de erupções vulcânicas que ocorreram na região do Pacífico entre 1638 e 1644. Além disso, o *El Niño*, fenômeno climatológico que ocorre uma vez a cada 5 anos, em média, durante o século XVII ocorreu sete vezes, num período de 21 anos<sup>6</sup>. Contudo, apesar da importância do fator climático, esse não deve ser visto como único responsável pelas guerras e revoltas que ocorreram durante o século XVII (Parker, 2008, p. 1067-1073).

O autor defende que as mudanças climáticas constituíram apenas um, de 4 fatores que seriam os responsáveis pela crise do século XVII. Mas foram as oscilações climáticas a mais importante e menos dócil de todas as variáveis. Os outros fatores seriam: a) o colapso demográfico originado pelas pressões climáticas nas zonas superpovoadas do planeta; b) surgimento de novas ideologias radicais em muitas sociedades, ainda que não

---

<sup>4</sup> Nesse trabalho utilizamos dois artigos de Geoffrey Parker: Parker (2008) e Parker (2011). Para uma visão mais aprofundada sobre a teoria do autor sugerimos a leitura de: Parker (2013) p. 3-55.

<sup>5</sup> O levantamento das fontes humanas deu-se por 4 vias: a) narrativas: informações encontradas em textos; b) numéricas: informações de relatórios de colheitas ou relatos sobre o clima; c) ilustrações: representações visuais sobre mudanças climáticas e d) informações arqueológicas obtidas em assentamentos abandonados devido as mudanças climáticas. Já as fontes naturais foram levantadas em outras ciências que fornecem elementos para o estudo do clima: a) estudo dos núcleos de gelo; b) glaciologia: estudo dos fenômenos que provocam a formação das geleiras; c) palinologia: estudo do pólen e d) dendrocronologia: ciência que analisa variações da espessura dos anéis de crescimento de uma árvore (Parker, 2008, p. 1064-1066).

<sup>6</sup> O evento teria ocorrido em: 1640, 1641, 1647, 1650, 1652, 1655 e 1661.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

em todas, causando explosões de violência bem como de criatividade e c) apesar de todas essas dificuldades muitos governos aumentaram fortemente a opressão social, religiosa e fiscal (Parker, 2011, p. 2-3).

Das interpretações para a crise do século XVII aqui apresentadas, coadunamos com a formalizada por De Vries (1983). Concordamos com a hipótese do autor de que não houve apenas uma crise no período estudado, mas várias, com cada nação reagindo de uma forma diferente aos problemas enfrentados naquele interim. Para algumas foi “uma idade de ouro, ou pelo menos, um precursor de tal idade de ouro, enquanto que, para outras nações, foi um período de decadência e colapso”. Mas para todas elas, o conjunto de conhecimentos socialmente adquiridos foram indispensáveis para o êxito ou fracasso da empreitada de superação das dificuldades, “a forte influência do passado limitou inevitavelmente as respostas possíveis às novas oportunidades e pressões”, num contexto em que “as forças que aceleram a vida econômica deste período geraram cisões e tiveram um efeito diferenciador acentuado” (De Vries, 1983, p. 14).

Assim como Parker (2011), acreditamos que só mesmo o clima possa ser utilizado como um denominador comum, na tentativa de encontrar uma causa principal para a crise do século XVII, já que é uma variável que influencia os indivíduos indistintamente. Contudo dado a conjuntura econômica as pessoas reagiram às variações climáticas de formas diferentes. Como no exemplo apresentado por De Vries (1983), as aldeias produtoras de cereais que tinham divisões sociais mais acentuadas e meios de transportes mais primitivos, sofriam muito mais com as perdas nas safras, geradas pelas variações climáticas, do que aquelas que possuíam uma economia mais diversificada e acesso a transportes mais baratos (De Vries, 1983, p. 20).

Em sua interpretação da crise, Romano (1993) defende que no Novo Mundo a crise teria atingido apenas alguns grupos mercantis, que transacionavam produtos coloniais no mercado europeu. Pretendemos demonstrar, que isso ocorreu com os produtores de açúcar da Bahia e teve reflexos tanto na economia local, quanto na economia do Reino.

### **A economia portuguesa no século XVII**

Para Portugal, o século XVII foi marcado por uma constante oscilação entre períodos de recessão e prosperidade econômica. Entre 1570 e 1600 verificamos um impulso de crescimento econômico, depressão entre 1600 e 1620, novo surto de crescimento entre 1620 e 1640, seguido de uma depressão que durou ao menos até 1670.



## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

A crise que atingiu o Império no início do século XVII reduziu seriamente as receitas régias, principalmente as provenientes do controle do comércio das especiarias, perdido para os neerlandeses durante a Guerra Luso-Holandesa. Com o advento da Guerra de Restauração, em 1640, que coincidiu com um período de retração da economia portuguesa, a coroa teve muita dificuldade para financiar o esforço de guerra, graças a escassez de receitas (Mauro, 1989, p. 252; Pedreira, 1998 p. 442).

O surto de crescimento experimentado entre os anos de 1620 e 1640, foi em parte sustentado pelos lucros obtidos com o comércio açucareiro. No início do século XVII o Brasil figurava como maior produtor mundial e não enfrentava concorrência significativa no mercado internacional. De 1622 a 1635 os preços do açúcar na Bahia sofreram um aumento de aproximadamente 120%, enquanto a variação dos preços dos produtos produzidos para o consumo local foi de 45%. Após 1635 a tendência de elevação se alterou e o preço do açúcar sofreu uma pequena queda de 7%, enquanto o nível geral de preços subiu quase 40% (Schwartz, 2005, p. 146).

Durante o século XVII o principal mercado do açúcar brasileiro era a Europa, vejamos, pois, qual a conjuntura do mercado europeu do produto, durante a centúria.

### **Conjunturas do mercado açucareiro europeu**

Apesar da recessão enfrentada por muitos países durante o século XVII, o consumo europeu de açúcar aumentou significativamente durante o período.

Inicialmente, dado sua raridade e elevado preço, o açúcar era utilizado em pequenas quantidades: no tratamento de algumas enfermidades e no preparo de alimentos (quando tinha a função de tempero). Já nos séculos XIII, XIV e XV estava presente na maior parte das refeições das elites europeias, sendo utilizado no preparo de sopas, entradas, assados e sobremesas (Flandrin, 1998, p. 654).

Do século XVI até a metade do século XVII o açúcar foi muito utilizado na confecção de esculturas decorativas, que serviam de adornos para os banquetes das elites europeias. Nesse interim, como os preços ainda eram muito elevados seu uso era uma forma de validação do status social, por isso era utilizado em grandes quantidades pela nobreza e mercadores ricos. Com o barateamento do produto sua aplicação nessa finalidade perdeu o sentido, ainda continuaria sendo usado para decorar alimentos, mas em quantidades muito menores (Mintz, 1985, p. 90).

A partir da inserção do chocolate, do café e do chá, durante o século XVII, acelerou-se o ritmo de crescimento da demanda em toda a Europa, isso porque esses três

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

alimentos, que são consumidos preferencialmente adoçados, passaram a fazer parte da dieta das classes mais baixas<sup>7</sup> (Lemps, 1998, p. 611-624; Mintz, 1985, p. 108-112). Em cada sociedade o produto seguiu uma trajetória de inserção diferente, e não pretendemos afirmar que a evolução da demanda tenha seguido o mesmo caminho em todos os países. No entanto, nos parece plausível a afirmação que os mercados europeus demandavam cada vez mais açúcar.

A maioria dos consumidores da Europa não tinham acesso ao açúcar até que esse começou a ser inserido em seus mercados nacionais a preços acessíveis, que só foram alcançados quando a concorrência no mercado internacional aumentou, reflexo da entrada de ingleses, franceses e holandeses na indústria açucareira. Foi no Mar do Caribe que esses povos encontraram as condições ideais para iniciarem suas lavouras de cana em larga escala. O processo de inserção da indústria açucareira nas Antilhas inicia-se no século XVI, quando as ilhas ainda eram possessões da Espanha<sup>8</sup> (Canabrava, 1981, p. 21-22).

Apesar dos esforços iniciais a produção açucareira antilhana só se consolidou a partir da década de 1640 quando as técnicas para o cultivo da cana e manufatura do açúcar sofreram um aprimoramento, alcançando um nível de excelência que permitiu a ampliação da produção de Barbados. Essa colônia britânica foi a primeira a produzir quantidades significativas de açúcar, e foi o centro de dispersão da técnica de preparo do

---

<sup>7</sup> O chocolate teria sido o primeiro a desembarcar na Europa, o primeiro grande carregamento de sementes de cacau chegou a Espanha em 1585. A disseminação foi rápida em 1595 já era conhecido em Florença e Veneza, no início do século XVII a França e Nápoles tiveram contato com o produto, que posteriormente foi levado para a Alemanha e em 1657 os holandeses introduziram o chocolate na Inglaterra. O café era conhecido pelos venezianos pelo menos desde 1570 graças as transações comerciais com o Império Otomano, mas foi apenas no século XVII que seu consumo se difundiu pela Europa. Na França o café teria sido introduzido em 1644 através de Marselha, em 1652 foi inserido em Londres e em 1686 uma cafeteria foi aberta na cidade de Regensburg localizada no atual estado alemão da Baviera. Os primeiros europeus a terem contato com o chá durante a Idade Moderna foram provavelmente os portugueses graças aos descobrimentos. Há relatos que nos Países Baixos o chá já era consumido em 1606 e por volta de 1637 alguns médicos holandeses receitavam o produto para tratar doentes. Na Inglaterra teria sido inserido durante o reinado de Carlos II (1649-1685) (Lemps, 1998, p. 611-624; Mintz, 1985, p. 108-112).

<sup>8</sup> Gradativamente, durante o século XVII, Espanha foi perdendo as ilhas para outras nações europeias. Em 1623 a ilha de São Cristóvão foi ocupada por franceses e ingleses, em 1632 os holandeses se apossaram de Santo Eustáquio e em 1655 os ingleses tomaram a Jamaica. No final do século XVII os franceses dominavam parte de São Cristóvão, Guadalupe, Martinica, Maria-Galante, São Bartolomeu e parte de São Martinho, além da metade ocidental de São Domingos. Os ingleses ocupavam Barbados, Nevis, Antigua, Redonda, Montserrat, Barbuda, Anguilla, Bahamas, Bermuda, Jamaica e parte de São Cristóvão. Já os holandeses além de Santo Eustáquio conquistaram as ilhas de Saba, parte de São Martinho, Bonaire, Curaçao e Aruba (Canabrava, 1981, p. 21-22).

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

produto para as demais ilhas antilhanas. Dela partiram os colonos e capitais responsáveis pelo aperfeiçoamento da cultura na região (Canabrava, 1981, p. 37-39).

Com a expansão da exportação das colônias antilhanas, o açúcar brasileiro teve sua participação em tradicionais mercados europeus drasticamente reduzida, citamos como exemplo a retração no mercado inglês. Na década de 1630, o açúcar brasileiro respondia por 80% do mercado inglês, em 1670 essa parcela reduziu-se para 40%, chegando a apenas 10% em 1690<sup>9</sup>. Nos demais mercados europeus a redução foi de 40% entre 1650 e 1710, montante bastante significativo se considerarmos que, durante o período a produção no Brasil cresceu (Schwartz, 2005, p. 162).

O aumento da oferta do açúcar no mercado internacional levou a uma significativa baixa do preço do produto em Amsterdã, principal praça de negociação do açúcar na Europa durante o século XVII. O produto que em 1650 era comercializado por 0,67 florins a arroba, chegou a 0,24 em 1690, redução de aproximadamente 64% (Ferlini, 2003, p. 108).

A queda nos preços do açúcar no mercado internacional teve serias consequências sobre a economia da Bahia.

### **Indícios da falta de moeda na Bahia**

Com o aumento da oferta de açúcar no mercado internacional, os importes recebidos pelas vendas do produto baiano diminuíram, o que gerou uma retração no estoque monetário da colônia, dado que uma das principais vias de entrada de moeda era o comércio açucareiro.

---

<sup>9</sup> Ressalte-se que essa redução não é justificada apenas pelo aumento da produção nas Antilhas, mas principalmente, pelas ações protecionistas tomadas pelo governo inglês. A partir de 1660 foram instituídos novos impostos sobre o produto importado, possibilitando que os produtores das colônias inglesas conquistassem o virtual monopólio do mercado interno da Inglaterra. O imposto aplicado sobre os açúcares estrangeiros em 1660 na Inglaterra era de 4 xelins sobre o quintal do mascavo e 7 xelins e 4 dinheiros por quintal do refinado. O açúcar produzido na Antilhas Inglesas tinha uma taxaço muito menor sendo o imposto sobre o mascavo de 1 xelim e 6 dinheiros e do refinado 5 xelins por quintal. (Canabrava, 1981, p. 235). Depois da taxaço o açúcar brasileiro era vendido no mercado inglês entre 3 libras e 3 libras e 10 xelins por quintal, enquanto o açúcar branco das colônias inglesas custava entre 45 e 50 xelins. (Canabrava, 1981, p. 226). A imposição de novos impostos sobre os produtos estrangeiros estava diretamente ligada a promulgação dos Navigation Acts. Essas leis, promulgadas em 1651, 1660, 1663, 1673 e 1696, visavam proteger o comércio ultramarino inglês da concorrência dos holandeses, determinavam que: todas as transações comerciais entre a Inglaterra e suas colônias passariam a ser feitas, exclusivamente, em navios ingleses, esses seriam operados apenas por marinheiros ingleses e as viagens deveriam acontecer entre os portos da Inglaterra, ou seja, as colônias não podiam comercializar entre si. Segundo Morgan (2002) além da proteção dos altos impostos, que recaíram sobre os produtos de outras nacionalidades, as colônias inglesas receberam significativas injeções de capital inglês, com recursos para financiar a compra de terras e as atividades dos colonos e comerciantes (Morgan, 2002 p. 168-171).

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Segundo Lima (2005), até as duas primeiras décadas do século XVII há fortes indícios de entrada líquida de metais preciosos na colônia, que se dava por duas vias. Um primeiro fluxo monetário advinha do aumento das exportações de açúcar, como no período os preços do produto eram mantidos em patamares elevados, e a produção da mercadoria se expandia na colônia, as receitas, derivadas das transações no mercado internacional, seriam suficientes para cobrir os custos com a importação de bens de consumo e escravos, bem como os decorrentes da instalação das unidades produtivas. O segundo fluxo monetário advinha das relações comerciais, legais e ilegais, mantidas com a América espanhola, em especial com a região de Potosí através do Rio da Prata. Com o fim da União Ibérica, em 1640, o comércio com Buenos Aires diminuiu (Lima, 2005, p. 179-182).

Apesar desses fluxos monetários, já na década de 1620, começam a chegar a Lisboa, pedidos para que fosse solucionado o problema da falta de moeda na colônia. Quadro que se agravou na década de 1670, período de forte recessão. Nesse contexto os custos de produção aumentaram, influenciados por desvalorizações da moeda promulgadas no Reino (Lima, 2005, p. 182-183).

No que tange aos preços dos produtos, em Portugal eles parecem ter apresentado uma alta correlação com os fluxos monetários, ou seja, subiam ou desciam dependendo da variação da quantidade de metais preciosos disponíveis na economia<sup>10</sup> (Mauro, 1989, p. 179-180). Na colônia os preços dos produtos, excluindo aqueles produzidos internamente, eram mais elevados do que no Reino (Lima, 2005, p. 178).

Dado a escassez de moeda na colônia, o açúcar era utilizado pelos senhores como meio de pagamento, nas compras dos insumos necessários à produção dos engenhos<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Esse mesmo movimento foi observado por Braudel e Spooner (2002) num estudo de longo prazo sobre os preços na Europa. Os autores defendem que no curto prazo o efeito da prata sobre os preços é direto, quando abunda a prata os preços sobem, quando falta os preços caem, isso para o curto prazo. No longo prazo “qualquer deformação da moeda contábil se incorpora aos movimentos dos preços e nele naufraga”. Já variações no valor do ouro agem de outra forma sobre os preços “uma alta das moedas de ouro acalma cada vez, um início de alta dos preços, trunca por vezes, de maneira espetacular, as altas cíclicas. Ao contrário, toda diminuição das peças de ouro, todo aumento, relativo ou absoluto das peças de prata acelera as altas” (Braudel; Spooner, 2002, p. 52 e 64).

<sup>11</sup> Nem sempre o uso de uma mercadoria como meio de pagamento gerava transtornos e nem era motivada pela escassez de recursos monetários. Segundo Strum (2012) o uso do açúcar como meio de pagamento estava ligado a praticidade que o produto possuía, era fácil de ser contabilizado e não havia grande variação de qualidade, dentro de cada um dos seus diferentes tipos. Além disso era um produto amplamente comercializado o que permitia que sua cotação fosse conhecida, tendo fácil aceitação por ser negociado em escala relativamente grande. Para o autor dadas as qualidades do produto, poderia ser aplicado a ele o moderno conceito de commodity, já que o açúcar era a principal mercadoria buscada na colônia e tinha grande saída e liquidez, sendo que geralmente não havia problema de coincidência das vontades ao aceitá-lo como meio de pagamento (Strum, 2012, *passim*).

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

Com um longo período de safra, cerca de 9 meses por ano, os senhores precisavam constantemente adquirir insumos, e como a venda do açúcar só podia ser feita por ocasião da chegada da frota, as compras de matérias primas eram realizadas a prazo, devendo ser pagas com a produção, por um preço previamente definido entre as partes. Os senhores reclamavam constantemente de perdas geradas por essa prática pois, segundo seus relatos, os comerciantes ofereciam importes muito baixos pelo açúcar, além de venderem os insumos a preços maiores que os praticados no Reino. Alegavam os senhores de engenho, que os maiores importes não eram fruto apenas dos custos da viagem ultramarina, muitos comerciantes eram acusados de cobrar preços abusivos pelos produtos.

Em setembro de 1675, Salvador Correia de Sá e Benavides<sup>12</sup>, que naquele momento ocupava o posto de conselheiro no Conselho Ultramarino, apresentou um parecer ao órgão, onde descrevia a situação vivenciada pelos senhores de engenho, criticando a livre negociação de preços e defendendo que o açúcar brasileiro tivesse seu preço tabelado pela coroa, “porque em todo o Estado do Brasil se tem introduzido um gênero de usura, que é a total ruína dos que lavram o açúcar” (BN, 1950, p. 76).

A usura a qual o conselheiro se referia, era a compra a prazo dos insumos necessários a produção dos engenhos. Segundo ele, o ferro, o cobre e demais gêneros, eram vendidos fiado no Brasil por valores vinte ou trinta por cento maiores que os praticados no Reino, “e como a necessidade não tem lei, e quase todos os que levam açúcar, estão com mais empenho do que tem, depois de celebrar o preço, celebram o segundo do açúcar por preços mui inferiores”, e os produtores que não aceitavam a fixação a esses níveis não tinham crédito para comprar fiado (BN, 1950, p. 76).

Esse problema afligia sobretudo os pequenos produtores, ou aqueles que não produziam um açúcar de boa qualidade, pois “é certo que os engenhos do Brasil os açúcares que neles se fazem tem já assentada reputação e conforme a tem, tem o crédito para lhe fiar, porque o engenho que o faz bom, acha tudo o que há mister fiado”. Quando as frotas chegavam, os comerciantes, que já tinham negociado o açúcar com os senhores de engenho por preços baixos, vendiam o produto aos mercadores recém-chegados por preços mais elevados. Conseguindo assim, significativos lucros as custas dos senhores de

---

<sup>12</sup> Salvador Correa de Sá e Benavides descendia de uma das famílias mais tradicionais da governança ultramarina, e foi governador do Rio de Janeiro em três oportunidades (1637-1643, 1648 e 1660-1662). Foi também o comandante das tropas que reconquistaram Luanda em agosto de 1648. Para mais informações consultar: Boxer (1973) *passim*.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

engenho que “não lucram a metade deste preço [...] e assim se perdem todos” (BN, 1950, p. 77).

A determinação dos preços do produto pela coroa era vista como a única maneira de controlar o lucro dos atravessadores, “pondo-se o preço do açúcar por lei no Rio de Janeiro a seis tostões o somenos e o melhor a oito, ficara sendo o preço do meio sete e estes atravessadores não poderão gozar de mais que de um tostão ou dois em cada arroba”. Para Salvador Correia, a fixação dos preços possibilitaria que o açúcar fosse utilizado como moeda no Brasil, o que seria útil “não só as conquistas, mas a este Reino para se conservar o pouco dinheiro que nele há (BN, 1950, p. 77-78). A coroa não concordou com a proposta do conselheiro, e o sistema de livre negociação de preços foi mantido.

Durante o século XVII, por mais que as autoridades régias tentassem - por meio da legislação - resolver o problema gerado pela escassez de moeda, todas as ações parecem não ter surtido o efeito esperado. Os senhores de engenho continuavam reclamando da falta de moeda, e como tinham que adquirir os insumos necessários para a manutenção de suas atividades produtivas, mantinham-se reféns do sistema de compra antecipada dos açúcares.

Uma carta de julho de 1683, encaminhada a Lisboa pelos oficiais da Câmara da Bahia, demonstra que os problemas gerados pela escassez de moeda prosseguiram, e tinham se agravado nos últimos anos:

Escrevem a Vossa Majestade que nos anos passados costumavam os moradores que forneciam os senhores de engenho e lavouras de canas, assistirem lhe também em algum dinheiro para o que lhes era necessário, e se pagavam com os açucares que recebiam e outros tomavam a razão de juros de 6 e 4 por cento na forma do estilo, porque havia quem o dava. Que de 15 ou 16 anos a esta parte, como houve falta de moeda foi a ambição dos homens introduzindo um gênero de negócio aqui chamada usura de dano, que vem a ser receberem dinheiro antes da safra e antes do açúcar estar feito, a razão de 2 cruzados a arroba, valendo naqueles anos a mil e duzentos reis, para pagarem tantas arrobas de açúcar aquela safra com que não houve mais mercador que fornecesse em dinheiro, nem quem o desse a razão de juro, porque todos os que o tem usam deste negócio usurário que a necessidade o fez continuar até o presente. (AHU, CU, 005-02, cx. 26, d. 3181.)

No exemplo dado na carta, as vendas de insumos eram realizadas a prazo, devendo ser pagas com açúcar na época da chegada das frotas, pelo preço pactuado de 2 cruzados por arroba, o equivalente a 800 réis. Com o preço médio de venda do produto, na época das frotas, girando em torno dos 1.200 réis, com a intermediação do comerciante, o senhor de engenho perdia cerca de 33% do rendimento do açúcar. Essa diferença configurava-se

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

em lucro para os comerciantes, estando muito acima da taxa de juros tolerada no Reino, que era de 6,25%.

Se na época das frotas, o senhor de engenho não tivesse açúcar suficiente para saldar as dívidas contraídas, via seu débito com o comerciante aumentar na proporção do preço praticado naquela frota. Uma dívida que inicialmente poderia ser paga com 100 arrobas, mas que, por algum motivo, não pode ser liquidada, tendo o preço da arroba do açúcar alcançado os 1.200 réis na época da frota, passava a 150 arrobas. Para chegar a esse montante, os comerciantes calculavam o total que conseguiriam com a venda das 100 arrobas, no exemplo dado na carta o valor chegaria a 120.000 réis. Esse total era então dividido pelo valor da arroba, inicialmente pactuado com o senhor de engenho, ou seja, 800 réis, ação que deixava o saldo devedor 50% maior. Nesse sistema, qualquer quebra na safra poderia aumentar, e muito, as perdas dos senhores de engenho (AHU, CU, 005-02, cx. 26, d. 3181).

A repactuação das dívidas nesses parâmetros era uma prática costumeira na colônia. Uma provisão real de 1663, proibia os credores de executar os devedores nos insumos utilizados na produção (como escravos, bois e cobres), quando ocorriam quebras nas safras. Além disso, as execuções da produção, quando aconteciam, não podiam ser feitas em valores que prejudicassem a manutenção dos engenhos (AHU, CU, 005-02, cx. 17, d. 1961). Com essa legislação restritiva em vigor, os comerciantes optavam pela prática que lhes era mais rentável, ou seja, a repactuação das obrigações.

Em outubro de 1683 os conselheiros do Ultramarino analisaram a matéria, e expediram um parecer em que se mostravam contrários a prática, sugerindo que fosse promulgada uma “provisão em forma de lei em que se declarasse por ilícito e usurário este e semelhantes contratos, e que se não possa vender nem comprar com preço certo açúcar ou tabaco antes das safras” (AHU, CU, 005-02, cx. 26, d. 3181).

Aparentemente a sugestão não foi acatada, dado que não encontramos quaisquer menções a publicação de norma com esse conteúdo. Como não houve proibição, a prática de repactuação de dívidas prosseguiu, trazendo significativas perdas aos senhores de engenho da Bahia. No momento da negociação, os comerciantes sempre se propunham a pagar preços que garantissem a competição com o açúcar antilhano, o que gerava reclamações dos produtores de açúcar, devido aos altos custos dos insumos utilizados na produção. Os senhores de engenho, em média, se propunham a vender a um preço 30% acima do praticado no mercado, já os comerciantes ofereciam-se para comprar a preços 50% menores (Schwartz, 2005, p. 173).

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

Os problemas gerados pela escassez de moeda, que afligiram os senhores de engenho baianos, podem ser vistos como um reflexo da crise que atingia a Europa no século XVII? Na próxima seção pretendemos responder essa questão.

### **Teria a crise atravessado o Atlântico?**

A nosso ver, a diminuição de moeda na colônia é um forte indício para respondermos a essa pergunta de forma afirmativa. Contudo, acreditamos que a manifestação da crise na colônia não se deu pelos meios defendidos por outros autores.

Discorrendo sobre a conjuntura adversa da indústria açucareira, Ferlini (2003) argumenta que “o movimento de regressão secular, notável em alguns mercados europeus desde 1619-1622, começou a atingir a produção açucareira depois de 1650”. Segundo interpretação da autora, teria a crise, que afligia a Europa no século XVII, cruzado o Atlântico e mostrado seus efeitos sobre o mercado açucareiro do Brasil. Para Ferlini (2003) os problemas enfrentados pelo açúcar brasileiro não estiveram ligados “diretamente à concorrência antilhana, mas à própria reestruturação dos mecanismos de mercado durante o século XVII” já que houve uma “diminuição geral da procura do açúcar, em momento crítico da econômica mundial” (Ferlini, 2003, p. 98-100).

Já para Menz (2013) “a causa estrutural da crise no Nordeste seria a redução secular dos preços, motivada pela queda da demanda europeia”. A crise enfrentada no Nordeste seria um desdobramento “da crise geral do século XVII” e essa teria aportado na colônia através da “escassez de moeda sentida primeiramente no centro metropolitano” (Menz, 2013, p. 44 e 48).

Tanto Ferlini (2003) como Menz (2013) defendem que a crise do setor açucareiro baiano foi um reflexo da crise geral do século XVII, que teria gerado uma retração na demanda europeia pelo produto. Creditam, portanto, a diminuição dos preços à redução da procura pelo açúcar, afirmação que a nosso ver é equivocada. O mercado produtor de açúcar passou por uma reestruturação no período e, como procuramos demonstrar, apesar dos grandes prejuízos que as crises causaram em muitas economias da Europa, durante século XVII, a demanda europeia por açúcar passava por um período de expansão, e não de retração, como argumentam os autores citados.

Ao longo do século XVII, a demanda europeia por açúcar ampliava-se, por isso nas primeiras décadas da centúria o preço do produto pode ser mantido em patamares elevados, pela coroa portuguesa. Pelo mesmo motivo, outras nações europeias iniciaram suas lavouras de cana nas Antilhas. Consideramos que não seria plausível o empenho de



## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

ingleses, franceses e holandeses na produção, se esses não dispusessem de uma demanda, ao menos presumível, para seus produtos. Ademais, ter uma balança comercial favorável, exportando mais do que importando, era um dos princípios fundamentais do mercantilismo. Portanto a entrada de novos concorrentes no mercado internacional do açúcar não pode ser vista apenas como uma tentativa de apropriação de parte dos lucros desse comércio, mas sim como uma política que visava reduzir as saídas de moeda dos países, garantindo o abastecimento de seus mercados com o produto mais barato.

A tese de que a concorrência antilhana foi a responsável, pela diminuição do preço do açúcar, foi anteriormente defendida por Godinho (1953). Segundo o autor os holandeses, expulsos do Nordeste, foram os responsáveis por transplantar as técnicas de cultivo de cana para as Antilhas, sendo seguidos por franceses e ingleses. A partir da implantação da produção de açúcar, no que o autor chama de “Mediterrâneo Americano”, o produto português foi expulso dos mercados internos daquelas nações. E por volta de 1670, os problemas decorrentes dessa nova conjuntura, começaram a ser fortemente sentidos em Lisboa “as existências acumulam-se nos armazéns; os produtos não se vendem; vende-se por preço inferior ao do custo; e não só isso, mas também queda dos preços porque a oferta aumenta muito mais rapidamente que a procura” (Godinho, 1953, p. 74).

Portanto, com a entrada de concorrentes no mercado internacional do açúcar, a exclusividade que o produto brasileiro gozava em alguns países foi perdida. Além disso, a partir dessa nova conjuntura, para determinar o preço do açúcar, passou-se a considerar a oferta antilhana, o que forçou a queda. Nesse contexto qualquer retenção ou diminuição da oferta do produto, empreendida por mercadores portugueses, com intuito de afetar os preços, não podia mais ser implementada, já que oscilações na oferta podiam ser supridas (ao menos em períodos de paz) pelo produto antilhano. Essa visão era compartilhada pelos moradores da Bahia do século XVII.

Em 1687 um parecer escrito por um proeminente senhor de terras da Bahia, nos da mostra da percepção que os produtores tinham da conjuntura, inicia o documento: “as causas de diminuição e total ruína em que se acham o comercio dos frutos do Brasil, não procede de se obrar mal, senão de ser muito o que dele, das barbadás, e da Índia vai a Europa; porque não se pode obrar melhor” (Viegas, 1898, p. 213). Ainda em 1687, os oficiais da Câmara de Salvador remeteram correspondência a Lisboa, onde apontavam a concorrência do açúcar antilhano como a principal causa da ruína do produto baiano. Segundo eles: “os ingleses e os mais do Norte sentidos dos grandes preços se resolveram

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

em ir lavrar esses gêneros as Barbadas e terra firme das Índias” (AHU, CU, 005-02, cx. 28, d. 3425).

Os produtores baianos creditavam, pois, a queda de preços do açúcar à concorrência enfrentada no mercado internacional do produto. O que demonstra uma correta percepção da conjuntura criada pela oferta da produção antilhana na Europa.

Durante a segunda metade do século XVII, as ações dos agentes estiveram voltadas para minimizar os problemas no mercado interno, tentavam reduzir seus custos de produção, já que não tinham controle sobre o preço do açúcar no mercado internacional. A crise da indústria açucareira baiana surge, portanto, de uma reestruturação do mercado internacional do açúcar, num momento em que o número de produtores aumentou, visando suprir a demanda que igualmente se ampliava. Houve uma crise de oferta, e não de demanda como defendem Ferlini (2003) e Menz (2013), que teve na escassez de moeda na colônia, uma de suas principais manifestações, como procuramos demonstrar, e defende Menz (2013).

Os consumidores do açúcar brasileiro eram predominantemente europeus, portanto as variáveis que influenciavam o preço do produto, não eram as mesmas que agiam sobre o preço de alimentos, produzidos para consumo no mercado interno. Quando ocorria um aumento nos custos de seus insumos, os produtores de farinha de mandioca podiam repassar essa variação ao preço do produto, corriam baixo risco de perder rendimentos, já que a oferta no mercado interno era restrita. Os senhores de engenho não gozavam desse benefício, como sua produção era voltada para o mercado externo, a fixação de preços dependia da disponibilidade de açúcar na Europa. Para conseguir ganhos com a produção tinham que operar com custos baixos, visando garantir a competição no mercado internacional.

Acreditamos que uma análise da crise que valorize a ótica dos fatores internos é possível, apenas, para produtos que fossem predominantemente consumidos na capitania, o que não era o caso do açúcar. Pois, como nos alerta Mauro (1989) não é a produção de açúcar que é dominante, mas o comércio do produto ligado ao mercado europeu (Mauro, 1989, p. 268).

Ferlini (2003) e Menz (2013) consideram o mercado consumidor europeu em suas análises, já Salles (2014) faz uma análise da crise que dá grande ênfase aos fatores internos. Afirma o autor que “embora, acreditemos que o excessivo valor dado ao fator externo tenha limitado a interpretação do período, não negamos a existência deles. Mas, dar tanto valor às influências do mercado externo dentro da colônia é uma retrospectiva

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

das interpretações modernas acerca das crises econômicas atuais” (Salles, 2014, p. 121). Acreditamos que, analisar a produção sem considerar o mercado consumidor é focar em apenas parte do problema, e como o mercado do açúcar era externo, ressaltar essas variáveis nos parece inevitável.

Quanto ao sentido da travessia do Atlântico da crise do açúcar, acreditamos que ela tenha seguido o trajeto da colônia para o Reino. A crise da economia açucareira teve mais influência sobre a economia do Reino, do que foi influenciada por variáveis reinóis, em outras palavras a crise cruzou o Atlântico da colônia para o Reino, não o trajeto contrário.

A insuficiência de moeda, gerada pela redução do preço do açúcar no mercado internacional, teve seus efeitos também sob a economia do Reino, gerando uma forte recessão. Em seu *Discurso sobre a introdução das artes no Reino*, Duarte Ribeiro de Macedo defende que a inserção de manufaturas em Portugal, seria a forma mais eficaz de diminuir as importações, e conseqüentemente a saída de moeda. Antes de sustentar esse argumento, o autor advoga que, caso os produtos do Brasil, “fossem bastantes para pagar aos estrangeiros o preço de todas as fazendas que recebemos deles – como, por exemplo, se recebêssemos 4 milhões e tivéssemos 4 milhões em drogas com que os satisfazer”, os problemas com a saída de dinheiro do Reino estariam resolvidos. Isso, ressalta o autor, não seria possível na conjuntura econômica da segunda metade do século XVII, já que os produtos do Brasil não seriam suficientes para cobrir as despesas com importações, isso devido à concorrência da produção de outros países “a baixa e falta de saca dos nossos açúcares não procede só da carestia deles, mas das fábricas que os ingleses, holandeses e franceses tem nas ilhas da América” (Sérgio, 1924, p. 248-249 e 270). O autor demonstra que a economia do Reino foi bastante afetada pela crise da indústria açucareira baiana, e que a concorrência com o produto antilhano era uma importante variável, para compreensão da conjuntura.

### **Conclusão**

Durante o século XVII na Europa ocorreram várias crises, que foram, em grande medida, influenciadas pelas variações climáticas que assolaram a região no período.

A produção açucareira baiana, que era majoritariamente dependente do mercado consumidor europeu, vivenciou um período de forte revés, que teve origem no aumento da oferta do produto na Europa. A concorrência do açúcar antilhano ocasionou a queda

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

dos preços. Por sua vez, a redução de preços diminuiu os importes recebidos pelas vendas de açúcar, gerando um decréscimo na entrada de moeda, tanto na colônia como no Reino.

Dessa forma, a indústria açucareira baiana vivenciou uma crise de oferta, que teve como uma de suas principais manifestações a redução do estoque monetário na colônia. Essa crise teria atravessado o Atlântico, saindo da colônia em direção ao Reino.

Acreditamos que, a falta de moeda, que inicialmente afetou os senhores de engenho e comerciantes que vendiam açúcar para a Europa, alastrou-se por todos os setores da economia colonial, dado que os engenhos eram o centro da dinâmica econômica. Teríamos assim uma crise da produção para o mercado europeu, impactando os diversos setores da economia local.

### **Fontes Primárias**

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), Documentos do Conselho Ultramarino (CU), Bahia, série Luísa da Fonseca (005-02).  
BIBLIOTECA NACIONAL (BN). *Documentos Históricos* – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1673-1683, vol. 88. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950.  
VIEGAS, João Peixoto. Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 20, p. 213 – 223, 1898.

### **Bibliografia**

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Ed. Nacional/Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.  
BRAUDEL, Fernand; SPOONER, Frank. Os preços na Europa de 1450 a 1750.  
BRAUDEL, Fernand (Org.). *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, p. 33-208, 2002.  
CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.  
DE VRIES, Jan. *A economia da Europa numa época de crise (1600-1750)*. Lisboa: Dom Quixote, 1983.  
FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: Edusc, 2003.  
FLANDRIN, Jean-Louis. Preferências alimentares e arte culinária (séculos XVI-XVIII).  
FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs). *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, p. 640-666, 1998.  
GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). *Revista de História*, São Paulo, n. 15, v. 3, p. 69 – 88, 1953.  
HOBSBAWN, Eric John. La crisis del siglo XVII. ASTON, Trevor (Org.) *Crisis em Europa 1560-1660*. Madrid: Alianza Editorial S.A, p. 15-71, 1983.  
LEMPs, Alain Huetz. As bebidas coloniais e a rápida expansão do açúcar. FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs). *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, p. 611-624, 1998.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência  
Internacional de História Econômica**

- LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira. Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 169-201, 2005.
- MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Lisboa: Ed. Estampa, 1989.
- MENZ, Maximiliano M. Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 35-54, 2013.
- MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: The place of Sugar in Modern History*. New York: Elisabeth Sifton Books, 1985
- MORGAN, Kenneth. Mercantilism and the British Empire, 1688-1815. WINCH, Donald; O'BRIEN, Patrick K (Orgs). *The Political Economy of British Historical Experience, 1688-1914*. Oxford: Oxford University Press, p. 165-192, 2002.
- PARKER, Geoffrey. Crisis and Catastrophe: The Global Crisis of the Seventeenth Century Reconsidered. *The American Historical Review*. Oxford, v. 113, n. 4, p. 1053-1079, 2008.
- PARKER, Geoffrey. La crisis de la Monarquía de Felipe IV en España y sus dominios. ¿Problema particular o problema global?. *Revista Hispanoamericana*. Publicación digital de la Real Academia Hispano Americana de Ciencias, Artes y Letras. Cadiz, n. 1, p. 1-12, 2011.
- PARKER, Geoffrey. *Global crisis: war, climate change and catástrofe in the seventeenth-century*. New Haven: Yale University Press, 2013.
- PEDREIRA, Jorge M. As consequências econômicas do império: Portugal (1415-1822). *Análise Social*. Lisboa, v. 33, n. 146/147, 1998
- ROMANO, Ruggiero. *Coyunturas opuestas. La crisis del siglo XVII em Europa e Hispanoamérica*. México: Colegio de México/Fideicomiso Historia de las Américas/Fondo de Cultura Económica, 1993.
- SALLES, Wesley Dartagnan. *O império português, a crise açucareira, o tráfico de escravos e a lei das arqueações (1640-1695)* 2014. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Assis, 2014.
- SÉRGIO, Antônio. *Antologia dos economistas portugueses*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro: Versal, São Paulo: Odebrecht, 2012.